



## **DECLARAÇÃO DE BUENOS AIRES**

Os participantes do Colóquio Regional "Balanço da Declaração de Cartagena e contribuições para CRES 2018" - universidades, reitores, sindicatos de professores e estudantes - convocados pelas redes acadêmicas regionais e internacionais, reunidos na sede da Universidade Nacional das Artes da cidade de Buenos Aires, nos dias 9 e 10 de Novembro de 2017, nos manifestamos frente à UNESCO, com vista ao CRES 2018, para endossar e manter de forma explícita a orientação e a chamada aos países membros por uma *"Educação Superior como bem público e social, um direito humano e universal e um dever do Estado. Esta é a convicção e a base do papel estratégico que deve desempenhar nos processos de desenvolvimento sustentável dos países da região"*.

Tendo manifestado a adesão à última Declaração Final da Conferência Regional de Educação Superior Regional (CRES 2008), reconhecemos que o contexto atual caracterizado pela desaceleração da economia mundial e pela incerteza na ordem política diante da expansão das ideologias e das forças conservadoras, de direita, nacionalistas e xenófobas, que gera maior desigualdade e exclusão, não corresponde nem aos princípios da Declaração nem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDG) a serem alcançados em 2030.

Nesse sentido, os participantes consideram que as estratégias do Plano de Ação de 2008 devem ser revisadas e reformuladas na CRES 2018.

Portanto, chamamos os atores principais a:

1. Que os governos assumam a responsabilidade pela garantia da educação superior como bem público e social, direito humano e desenvolver políticas acordos públicos, garantindo seu financiamento.
2. Que os sindicatos e os movimentos sociais continuem a participar ativamente em conjunto com as instituições de Educação Superior na luta pela emancipação dos povos.



COLOQUIO REGIONAL  
**BALANCE DE  
LA DECLARACIÓN  
DE CARTAGENA  
Y APORTES PARA  
LA CRES 2018**

3. Que as instituições de educação superior se proponham a ações transformadoras para garantir as diretrizes da Declaração Final da CRES/2008.
4. Que as organizações internacionais e multilaterais reconheçam as particularidades regionais e os valores constitutivos da educação superior na América Latina e Caribe.

Assim, **propomos** para CRES 2018, que:

1. A educação superior deve impulsionar, de forma determinada, um modelo de transformação com um sentido curricular e pedagógico diferente do atual, que compreenda a formação inter e intradisciplinar de forma ampla e flexível, que incorpore a interculturalidade e as artes, a inovação educativa, o novo papel do professor e do pesquisador na aprendizagem e na produção de novos conhecimentos, com responsabilidade social, e com uma clara orientação de formação para uma nova cidadania latinoamericana.
2. Incorporar na CRES 2018 a afirmação de que o conhecimento é um direito humano universal e um bem público e social, pelo qual o Estado deve garantir sua democratização numa perspectiva de interdependência cognitiva social e de diálogo entre saberes. Não somente deve haver mais universidade na sociedade, mas também mais sociedade na universidade.
3. As instituições de educação superior devem promover a mudança de matriz cognitiva que esteja a serviço de um novo desenvolvimento humano sustentável, justo, democrático e de bem viver.
4. O Estado deve redefinir as políticas públicas em favor de um modelo de educação superior com compromisso social, que garanta a inclusão, a qualidade com relevância e pesquisa avaliada com critérios amplos de impacto social, reconhecendo as diversas formas de produção de conhecimento, e sua conexão com a resolução de grandes problemas globais, regionais, nacionais e locais. Portanto, o Estado deve, pelo menos, duplicar o investimento tanto na



educação superior, como na pesquisa científica, tecnológica e artística, pelo período dos próximos cinco (5) anos.

5. Reconhecer o papel estratégico da arte e da cultura na produção do conhecimento com compromisso social, na luta pela soberania cultural, desenvolvimento sustentável e integração pluricultural das regiões. É essencial promover matrizes de legitimação e avaliação específicas para os processos de ensino, de aprendizagem e pesquisa em processos artísticos no campo da educação superior. Por isso, propomos incorporar a fórmula "ciência, técnica e artes" aos documentos resultantes do CRES 2018.

6. O novo conhecimento é organizado, estruturado e ampliado em redes, como propôs o CRES 2008 *"É através da constituição de redes que instituições de Ensino Superior na região podem unir e compartilhar o potencial científico e cultural que possuem para a análise e proposta de solução para problemas estratégicos(...). Eles também são os protagonistas indicados para articular significativamente identidades locais e regionais e colaborar ativamente na superação das fortes assimetrias que prevalecem na região e no mundo diante do fenômeno global da internacionalização do educação superior"*. Nesse sentido, propomos incluir como política pública o financiamento de projetos em Rede, cujo principal objetivo é a geração de conhecimentos originais, a fim de abordar problemas comuns para a região desde uma perspectiva que supere a agregação de conhecimento produzido por países e instituições.

7. Discutir e promover uma agenda para a regulamentação dos serviços privados na educação superior, definidos sob o critério do bem comum, direito universal, acesso amplo e qualidade com relevância nacional e regional. De forma alguma, a existência de instituições com fins lucrativos ou de provedores privados internacionais pode ser permitida sem qualquer tipo de controle em nossos países. Todos os recursos públicos dos governos devem ser orientados para o pleno desenvolvimento das suas funções de ensino, aprendizagem, pesquisa e divulgação da cultura como um bem gratuito e de acesso comum.



**Em particular, no capítulo "Cooperação, internacionalização e integração regional da educação superior, "declaramos que:**

Os consensos e as políticas de educação superior condensadas na Declaração Final do CRES 2008 entraram em tensão com as tendências globais de mercantilização da educação superior e privatização do conhecimento. Dez anos após a CRES 2008, reconhecemos que não foi fácil ultrapassar a retórica e alcançar a tão necessária e anunciada convergência e integração de nossos sistemas de ensino superior.

Por isso, propomos que:

1. Construir redes acadêmicas, científicas e artísticas baseadas em cooperação horizontal interinstitucional, solidariedade e caráter Sul-Sul para gerar circuitos não comerciais de internacionalização universitária.
2. Promover uma internacionalização de apoio baseada na participação ativa de todos os seus atores: instituições, associações de reitores, sindicatos de professores, centros de estudantes, organizações de trabalhadores não docentes e representantes de governos democráticos.
3. Promover a internacionalização c superior com base em processos de democratização e participação, em perspectivas críticas e autônomas, com o objetivo de garantir o direito à educação e ao conhecimento e a redução de diferentes tipos de desigualdades (gênero, etnia, classe, etc.).
4. Sustentar que a internacionalização comercial da educação superior aprofunda as assimetrias entre países, regiões e instituições, moldando uma geopolítica do conhecimento que reproduz os circuitos central e periférico da educação superior, com base nos fenômenos de transnacionalização das empresas de serviços do conhecimento, da geração de rankings internacionais e da abertura de agências e subsidiárias no exterior com fins lucrativos.



COLOQUIO REGIONAL  
**BALANCE DE  
LA DECLARACIÓN  
DE CARTAGENA  
Y APORTES PARA  
LA CRES 2018**

5. Destacar a importância da conformação do Espaço de Encontro Latinoamericano de educação superior da América Latina e do Caribe (ENLACES), oriundo da CRES 2008, e reclamar sua urgente implementação na prática, através de ações concretas do plano de ação aprovado. Para isso, solicitamos um fundo de financiamento permanente (pelo menos, para os próximos cinco (5) anos e periodicamente renováveis) para a sua operacionalização e o apoio de projetos comunitários, integracionistas e de inovação acadêmica, científica, tecnológica e artística.